

MEMÓRIAS E PAISAGENS DO OESTE DO PARANÁ (1892)¹

*Antonio Marcos Myskiw**

Resumo: As memórias construídas sobre as paisagens e os espaços geográficos possuem grande influência na constituição de identidades nacionais ou regionais, no pensamento político de uma determinada época e no próprio processo de transformação dos espaços geográficos. A historiografia sobre o Oeste do Paraná, entre os anos 1889 e 1946, seja ela produzida por engenheiros, militares, exploradores ou viajantes, permite a geógrafos e historiadores realizarem uma leitura da paisagem da região. Neste texto, explorar-se-á as narrativas de José Muricy, militar que realizou uma viagem de Guarapuava à foz do rio Iguaçu, no ano de 1892.

PALAVRAS CHAVES: Oeste do Paraná; historiografia; paisagem e memória.

O objetivo deste texto é examinar as narrativas produzidas por José Muricy sobre o espaço e a paisagem da região Oeste do Paraná, a partir de uma viagem feita em 1892. Neste contexto, o autor ao descrever a paisagem e o espaço da referida região, buscou, a exemplo de outros intelectuais de seu tempo, uma explicação técnica e científica para sociedade brasileira e paranaense.

A produção historiográfica sobre o que hoje se denomina “Oeste do Paraná” é abundante. A primeira narrativa sobre a presença humana, a paisagem e o espaço em apreço remonta ao século XVI, mais precisamente aos anos 1541/42, período em que o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca atravessou a pé parte do atual território de Santa Catarina e Paraná rumo a Assunção (Paraguai). Seus relatos evidenciam a presença de índios Guaranis nas proximidades e nas barrancas dos rios Iguaçu, Piquiri e Paraná. “Eram lavradores e

¹ Texto apresentado na III Expedição Geográfica da UNIOESTE “Geografia: Compromisso Social”, realizado entre os dias 24 a 27 de setembro de 2003. UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Tal discussão é resultado da atuação como pesquisador-colaborador do projeto de pesquisa “Memória e História: a pesquisa histórica no Oeste do Paraná”, coordenado por Valdir Gregory.

* Professor do Colegiado do Curso de História da UNIOESTE. Mestre em História Social pela UFF. E-mail: antoniocdf@bol.com.br

criadores, além de ótimos caçadores e pescadores. Entre suas caças estão os porcos montanhese, veados, antas faisões, perdizes e codornas. Entre suas plantações, além da mandioca, milho e batata, figuram também o amendoim. Também colhem muitas frutas e mel. [...] Esse lugar possui grandes campinas, excelentes rios e arroios, muitas árvores e muita sombra, sendo a terra a mais fértil do mundo.”²

Desde então, diversas outras narrativas surgiram, tais como a obra *Conquista espiritual do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, do padre jesuíta espanhol Antonio Ruyz de Montoya, que participou de expedições espanholas junto ao rio Paraná, no início do século XVII tendo por objetivo a fundação das reduções jesuíticas. Nesta mesma obra narrou o cotidiano das reduções, bem como a destruição das mesmas a partir de 1629, por bandeirantes paulistas. Milhares de índios guaranis foram mortos. Aqueles que sobreviveram seguiram os missionários jesuítas em direção ao Sul da América do Sul ou ao vale do Paranapanema. Pouco ou quase nada se sabe sobre a respeito do Oeste do Paraná no século XVIII. Jaime Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen sinalizam que houve várias expedições militares organizadas por Afonso Botelho, cujo objetivo era explorar e mapear o “sertão”, supostamente desabitado.³

No século seguinte, houve preocupação para com a integração das populações indígenas ao Estado Nacional, cuja proposta hegemônica era catequizá-los e civilizá-los por religiosos. Um fervoroso debate a esse respeito ocorreu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e nos meios letrados do Império. Também faziam parte do debate, os presidentes de província. “Ao assumir os destinos da província [do Paraná], em 1853, Zacarias de Góes e Vasconcelos tomou providências no sentido de implantar a política de catequese e civilização dos índios, traçada pelo governo imperial no Decreto n.º 426 de julho

² Cf. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Naufraágios e Comentários*, Porto Alegre, L&PM, 1999, p. 166.

³ Jayme Antônio Cardoso; Cecília Maria Westphalen, *Atlas histórico do Paraná*, Curitiba, Editora Chain, 1981.

de 1845”⁴, comenta Lúcio Tadeu Mota. Em relação ao Oeste Paranaense, o mesmo historiador sinaliza que se tentou implantar várias colônias indígenas, mas não obtiveram sucesso. É o caso da colônia indígena de Catanduvas. Para Lúcio Tadeu Mota, o que os responsáveis pela implantação das colônias indígenas não percebiam era que os índios tinham uma política em relação aos aldeamentos: “a utilização e aproveitamento dos recursos ali investidos, ao mesmo tempo em que rejeitavam o enquadramento no modo de vida branco pregado pela catequese”.⁵

É a partir da fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889, que a região Oeste do estado do Paraná (também conhecido como Alto Paraná) passou a ser objeto de investigação e análise de contemporâneos. Em 1896 foi publicada a obra *A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892*, de José Muricy.⁶ Nos anos e décadas seguintes várias obras foram escritas e publicadas: *Do Guayra aos saltos do Iguassú* (1914), de Silveira Netto⁷; *Do Rio ao Iguassú e ao Guaíra* (1920), de Júlio Nogueira⁸; *Sertões do Iguassú* (1925), de Cesar Martinez⁹; *A Columna da Morte* (1926), de João Cabanas¹⁰; *Nas barrancas do Alto Paraná* (1926), de Dilermando Cândido de Assis¹¹; *Oeste Paranaense* (1937), de Lima Figueiredo¹²; *O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste* (1941), de Theophilo de Andrade¹³ e; *Selvas e rios do Paraná* (1946), de Coelho Júnior.¹⁴ Há outras obras elaboradas a partir de relatos de viagens realizadas entre o final do século XIX e o início do século XX, no entanto, foram publicadas na década de 1970. *Recordações de viagens ao Alto Paraná* (1973), de Arthur

⁴ Lúcio Tadeu Mota, *As colônias indígenas no Paraná provincial*, Curitiba, Aos quatro ventos, 2000, p. 8.

⁵ Idem. p. 186.

⁶ José Muricy, *A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892*, Curitiba, Impressora Paranaense, 1896, 54 p.

⁷ Silveira Netto, *Do Guayra aos Saltos do Iguassú*, Curitiba, Tip. do Diário Oficial, 1914, 70 p.

⁸ Júlio Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guaíra*, Rio de Janeiro, Ed. Carioca, 1920, 168 p.

⁹ César Martinez, *Sertões do Iguassú*, São Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1925, 193 p.

¹⁰ João Cabanas, *A Columna da Morte*, Rio de Janeiro, Livr. Ed. Almeida & Torres, 1926, 162 p.

¹¹ Dilermando Cândido Assis, *Nas barrancas do Alto Paraná*, São Paulo, Graphica Editora Paulo Pongetti e Cia., 1926, 420 p.

¹² Lima Figueiredo, *Oeste Paranaense*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, 223 p.

¹³ Theophilo Andrade, *O rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste*, Rio de Janeiro, Ed. Irmãos Pongenti; Zelio Valverde, 1941, 165 p.

¹⁴ Coelho Junior, *Selvas e rios do Paraná, Curitiba*, Ed. Guaíra, 1946, 147 p.

Martins Franco, foi escrito no ano de 1950, a partir de anotações de duas viagens realizadas pelo referido autor ao rio Paraná nos anos 1904 e 1913.¹⁵ *Colônia Militar do Iguassú - 1905* (1974), de Candido Ferreira de Abreu¹⁶ e *Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da colônia Militar* (1977), de José Maria de Brito¹⁷, foram publicados como artigos no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGE/PR. Porém, estes artigos são fragmentos de relatórios militares e administrativos escritos nos anos 1905 e 1889, respectivamente.

Procurando cumprir ao objetivo proposto far-se-á uso da obra *A Foz do Iguassú – ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú, em novembro de 1892* (1896), de José Muricy. Para explorar tal *corpus* documental faz-se necessário problematizar a respeito das categorias Memória e Paisagem.

Entende-se que toda memória é social e, que ela não se resume na atividade de rememoração do passado sobre determinados acontecimentos. Quando se têm livros como objetos de análise, a memória passa a se constituir numa atividade do que irá ser esquecido e o que irá ser mencionado no texto. Estar atento ao contexto do autor e o meio em que o mesmo está inserido, ajuda significativamente para com a compreensão de todo um conjunto de idéias que figuram nas linhas e entrelinhas do texto. Assim, a obra a ser analisada pode ser considerada um “lugar da memória”, na acepção de Pierre Nora e Jacques Le Goff. Mas não uma memória qualquer, e sim, a memória de um intelectual preocupado em pensar a sociedade brasileira em seu contexto.¹⁸

As paisagens e os espaços naturais assumiram, tanto na história como na geografia, significados simbólicos altamente mobilizadores das atitudes dos homens. Basta

¹⁵ Arthur Martins Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*, S/l., s/ed., 1973, 80 p.

¹⁶ Candido Ferreira de Abreu, “Colônia Militar do Iguassú – 1905”. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*, vol. 22, Curitiba, 1974, pp. 129-135.

¹⁷ José Maria de Brito, “Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar”. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR*, vol. 32, Curitiba, 1977, pp. 45-72.

¹⁸ Cf. Jacques Le Goff. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: EdUnicamp, 1994.

lembrar de toda a mobilização popular em torno da reabertura da “Estrada do Colono”, que havia sido fechada pela primeira vez, em 1986, por determinação da Justiça. A estrada, reaberta por agricultores à revelia da Justiça em janeiro de 1998, foi novamente fechada em 13 de junho de 2001, por determinação do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, de Porto Alegre. Para cumprir a ordem, o Exército e a Polícia Federal mobilizaram 300 homens armados. Desde então, a “Estrada do Colono” permanece interdita.¹⁹ Frente a isso, afirma-se que tanto a paisagem física quanto a paisagem humana, possuem história. Espaço, paisagem, seres humanos e animais fazem parte de “*um sistema onde tudo se mistura e se recompõe numa unidade original*”²⁰, já sinalizava Fernand Braudel em 1949, quando publicou o brilhante estudo *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a L'Époque de Phillippe II*.²¹

Numa paisagem e num espaço determinado (o Oeste do Paraná, por exemplo), existe toda uma rede relações entre ambos, no passado ou no presente, que não se explicam apenas pelo aspecto político, mas também pelo aspecto social, religioso, cultural e econômico. Nesta rede de relações, os homens modificam a paisagem e o espaço ao seu redor e são modificados pela mesma. Para muitos pesquisadores, a geografia se apresenta como a ciência objetiva das paisagens, do espaço e da região. Certamente, devido aos estudos de Vidal de La Blache. Porém grandes saltos foram dados por historiadores. Destacam-se Lucien Febvre, Georges Lefebvre, Marc Bloch, Pierre Vilar e Georges Duby ao estudarem o mundo agrário francês e a participação do homem na formação da paisagem e do espaço rural. Desenvolveram de forma sistemática, novas abordagens, no plano da história regional e local, a partir do estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como da organização do espaço rural. “*A obra dos historiadores*” afirma Marcel Roncayolo, “*colocou em primeiro plano a*

¹⁹ Cf. “Vegetação avança e recupera o seu espaço na Estrada do Colono”. In: <http://csf.colorado.edu/mail/elan/2003/msg00200.html>. (01/04/2003). Acessado em 26/08/2003.

²⁰ Fernand Braudel, *O espaço e a história no Mediterrâneo*, São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 3

²¹ Cf. Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

*influência das sociedades e das civilizações na construção das paisagens [...] paisagens como espaço construído [...] combinação de fatos visíveis resultantes da intervenção dos agricultores em ambientes naturais diferentes.”*²²

José Muricy escreveu sua “ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguassú” em novembro de 1892. O texto que compõem o livro eram as anotações feitas em um diário de viagem, publicadas “unicamente a pedido de um amigo”²³, Jesuino Lopes, então proprietário da “Impressora Paranaense”, com sede em Curitiba/PR (rua Riachuelo, n.º 19). Ao ser publicado, o livro legou aos leitores muito mais do que uma “descrição” de viagem. A partir de seus relatos, José Muricy construiu memórias, identidades e representações de um espaço. Ao mencionar que apenas publicou o conteúdo do diário de viagem visando atender ao pedido de um amigo, José Muricy atribuiu às suas anotações um valor pessoal, íntimo. O diário de viagem transformou-se, assim como todos os diários, num reservatório de memórias. Memórias estas, que deveriam, a princípio, ser lidas e compartilhadas por familiares e amigos mais próximos.

José Muricy fez uma descrição detalhada do aspecto físico da natureza e estabeleceu um traçado dos limites do que era considerado, geograficamente e simbolicamente, o sertão paranaense. O estilo de narrativa é objetivo, próprio de um militar. A estratégia de narração segue o itinerário percorrido; o que marca o andamento do texto é a seqüência dos lugares por onde se passou. Em linhas gerais, procura construir uma narrativa de que o sertão oestino, pela sua riqueza, não merecia estar abandonado pelos “civilizados” e entregue aos índios, paraguaios e argentinos. Na medida em que segue para a foz do rio Iguaçu e rio Paraná, a narrativa assume características de que o sertão deveria ser superado e deixar de ser um “mundo sem lei”, “atrasado” e “vazio”.

²² Marcel Roncayolo, “Paisagem”, In: *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 8, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 144.

²³ MURICY, José. *A Foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 3

As informações encontradas no interior do livro (ou diário de viagem) não se resumem a um conjunto de lembranças sobre a viagem, mas também numa escolha (intencional ou não) feita por José Muricy sobre quais acontecimentos, paisagens, homens e animais iriam figurar, constar no diário. Ao tornar públicas suas anotações de viagem, o autor possibilitou o acesso a pessoas mais distantes de seu círculo de amizades. No entanto, é importante destacar que no final do século XIX, uma parcela significativa da população brasileira era analfabeta ou fazia uso da escrita de maneira limitada. O círculo de leitores das memórias de José Muricy cresceu, porém continuou a ser um grupo de pessoas letradas. Certamente o autor presenteou muitos colegas militares e civis com exemplares de seu livro, inclusive o grupo que realizou a viagem de trabalho à Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Mas quem era José Muricy? Não há muitas informações sobre ele, pelo menos publicadas. José Muricy era, naquela época, tenente do Exército. Integrava a “Comissão Estratégica do Paraná”, que tinha por objetivo “tornar francas as comunicações entre esse ponto e a cidade de Guarapuava, formando para isso turmas de trabalhadores, civis e militares, dirigidas por oficiais. Essas turmas tinham por fim alargar e aperfeiçoar a picada feita pelo Dr. Firmino, construindo provisoriamente um caminho, perfeitamente viável por cargueiros”²⁴

José Muricy, ao privilegiar a pessoa do Dr. Firmino como elemento essencial na abertura da picada rumo à foz do rio Iguaçu, intencionalmente, promoveu a supressão de inúmeros outros personagens importantes naquela empreitada. Houve a construção de uma memória em torno do engenheiro e tenente José Joaquim Firmino. O sargento José Maria de Brito, que participou da primeira equipe a abrir picadas até a foz do rio Iguaçu e o rio Paraná, salientou em seu relatório (que em 1977 transformou-se num artigo do Boletim do IHGPR) que 14 pessoas participaram da abertura das picadas. Foram os militares dessa comissão que

²⁴ Idem. p. 4.

atribuíram os nomes a alguns rios da região Oeste. Homenagearam outros militares, tais como: Benjamim Constant, Floriano, Castro Alves, Tiradentes, Gonçalves Dias, Henrique Dias, Andradas, entre outros. Tal ação nominativa também pode ser vista como a produção de uma memória.

Muricy construiu todo um discurso procurando dar especificidade ao espaço percorrido por ele. Nas páginas de seu diário, minuciosamente anotadas e detalhadas, os lugares assumiram características particulares:

“Quase que toda a viagem foi feita debaixo de chuva, que tornava os caminhos, que já não são bons, horrorosos. D’ahi o cançar quase toda a tropa, a ponto de serem os tropeiros obrigados a viajar a pé, para porem cangalha nos animaes que montavam. Levamos 34 dias para atravessar o sertão [...] íamos ver casas, ver gente com quem pudéssemos conversar sobre assumptos que com os camaradas não o deveríamos fazer, íamos enfim ver cousas novas, conhecer, embora pelo lado bruto do sertão, as Repúblicas Argentina e Paraguay, tão nossas conhecidas pela historia e geographia.”²⁵

A narrativa acima definia o “sertão” e a fronteira. Ver casas, ver gente, são expressões que evidenciam o espaço densamente habitado como sinônimo de progresso e modernidade e o “sertão”, bruto e horroroso, como sinônimo de atraso. Tais informações também remetem à necessidade de “integrar” o sertão à civilização, por meio de mapeamentos, ferrovias, telégrafos e a abertura de caminhos terrestres.

A (re)ocupação do sertão paranaense era motivado pelo imaginário de um processo mais amplo: a construção de Brasil moderno, voltado para a estabilidade interna e a concorrência externa, principalmente após a instalação da República, em 1889. Aos homens públicos e militares daquele período, construir uma nova nação era ter controle por sobre todo o território e sua população. Para isso, intelectuais retomaram as discussões em torno da espacialidade brasileira e paranaense, tendo a cidade como sinônimo de progresso, o campo e o sertão como sinônimo de atraso. Com este imaginário, saíram em direção ao sertão engenheiros, médicos, sanitaristas, jornalistas e outros técnicos com a finalidade de estudar e propor soluções técnicas e científicas para o fim do atraso.

²⁵ Idem. p. 18-19.

Penetrar o sertão Paranaense, a exemplo de José Muricy em 1892, passou a ser objeto de preocupações por parte das elites dirigentes. O amigo de Muricy, Jesuíno Lopes, também pode ser enquadrado entre os personagens que desejavam “ocupar” e “integrar” o sertão, construir uma “unidade” territorial no Estado do Paraná e a reafirmação dos limites de suas fronteiras com outros estados e países vizinhos. O sertão, nas palavras de José Muricy, era maravilhoso e assombroso. A descrição das paisagens, como pode-se ler abaixo, assumiu um significado simbólico capaz de mobilizar a ação dos homens públicos e militares na legitimação da ação política sobre o sertão.

“De Catanduvas em diante o caminho é horroroso; o solo muito acidentado e o matto apresenta-se em toda sua pujança. Mostrando na desmedida grossura de troncos colossaes, que conta por dias os séculos de existência. [...] As terras, como dissemos, cobertas de uma vegetação abundante, são de uma uberdade assombrosa, e desde que se entra no sertão até que se chega ao magestoso Paraná, se é forçado a admirar a riquíssima flora e a invejável fauna dessas regiões, que são a continuação, para o sul, dos sertões dos valles do Paranapanema, Ivahy, Piquiry, Cinzas e outros, que constituem a zona mais rica, mais fértil e de mais futuro de todo o Paraná.”²⁶

A narrativa é importante, porque evidencia a contradição em que viviam os intelectuais para explicar a sociedade brasileira em fins do século XIX. Um país tão grande e com uma natureza tão rica e, ao mesmo tempo, com a maior parte do território sem ser explorado. O sentimento de nostalgia, de admiração por sobre as riquezas naturais, surgem constantemente na narrativa de Muricy. Os sentimentos de angústia e tristeza também marcaram presença: “A não ser uma ou outra vez, que se tem a infelicidade de, de cima de uma serra, estender a vista pela parte que já se passou e pela que se vae passar. [...] é preciso muita força de vontade e quase nenhum amor à vida, para não se desanimar, no meio d’esse sertão, onde não se encontra um habitante. [...] Por vezes se desanima nesse interminável sertão de 40 légoas”²⁷. A construção desta narrativa deve-se ao fato de que o autor estava num lugar onde as referências espaciais e temporais comumente encontrados na cidade, não faziam-se presentes.

²⁶ Idem. p. 7.

²⁷ Idem. p. 16.

O futuro do sertão, no entanto, era promissor. Para isso, a integração do “sertão” à “civilização” deveria ser mantida, desejada. “Possuindo recursos naturais incalculáveis, inexplorados pela falta de dinheiro com que lutava, fazendo-se-a depender da Comissão Estratégica; é a colônia um dos pontos, senão o ponto de mais futuro commercial, que o Brazil possui em suas fronteiras com o Paraguay e Argentina”²⁸. José Muricy também argumentava na necessidade da aquisição de “lanchas a vapor” para estabelecer comunicação com os países vizinhos; providenciar a habilitação de um porto e uma agência fiscal para a regulamentação de importação e exportação; e a nomeação de oficiais e civis para ajudar na administração e defesa da colônia e da fronteira contra invasões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Grosso modo, o relato de José Muricy, permitiu evidenciar o “descobrimento” de uma nova região e a construção de memórias a partir da paisagem. Construiu, também, a identidade do novo espaço, ao apresentar a paisagem da “tríplice fronteira”, do “sertão” para os centros administrativos. Para o Estado do Paraná, representou o início da integração de um novo território e, para a recente República, evidência dos limites, das posses e de segurança da fronteira. A reconstrução da identidade fundadora deste espaço será reelaborada quando da densa ocupação da fronteira, com brasileiros.

Observou-se que a idéia de “sertão”, geralmente está atrelada às narrativas dos aspectos geográficos de uma determinada região ou espaço. O termo “sertão” transformou-se em oposição ao termo “civilização”. Foi utilizado, a exemplo de José Muricy, como justificativa para a efetivação de projetos de (re)ocupação de territórios, bem como articulou-se aos anseios de construção de memórias e identidades locais e regionais.

²⁸ Idem. p. 21.

Mais de um século depois da viagem feita por José Muricy, a paisagem do sertão oestino foi alterada significativamente. As densas árvores e taquaruçus deram lugar a extensas plantações de soja, milho e trigo. Quem chega a Foz do Iguaçu, via BR 277, não se dá conta de que o antigo traçado da “Estrada Estratégica” não é o mesmo da BR 277, há poucos anos duplicada. O antigo traçado ainda existe, conhecido pela população como “Estrada velha de Guarapuava”, que até certa altura margeia o Parque Nacional do Iguaçu, terminando (ou iniciando) no bairro Copacabana, que, por sua vez, dá acesso ao Rincão São Francisco.

Uma boa amostra, quase intacta da paisagem descrita por José Muricy, pode ser encontrada e observada em visita ao Parque Nacional do Iguaçu. As trilhas de caminhadas e o Salto Macuco são opções interessantes para conhecer *in loco*, alguns aspectos da natureza, mediante é claro, ao pagamento de ingresso ao interior do parque.

No ECOMUSEU da Itaipu podem ser encontrados muitos artefatos indígenas, instrumentos de trabalho dos *mensus* paraguaios quando da lida com a extração de erva-mate e madeira, além de uma grande quantia de animais empalhados e seus respectivos habitats. Os objetos estão expostos como se fossem memórias superpostas, diluídas numa narrativa maior que seria a história da ITAIPU ou da cidade de Foz do Iguaçu. Ao observar os objetos, sente-se uma certa harmonia, ou melhor, a ausência de conflitos e violência entre o homem e a natureza, a transformação da paisagem pelo homem e a transformação do modo-de-ser do homem pelo meio que o cercava.

Caminhando pela cidade de Foz do Iguaçu, encontramos resquícios da memória, ainda enraizados e suficientes para provocar movimentos. Destaca-se o nome da avenida Jorge Schimmelpfeng, que remete à memória de um latifundiário de mesmo nome, que em 1905 adquiriu do Estado do Paraná, o montante de 250.000 hectares de terras devolutas, titulada com o nome “Fazenda Britânia”. No ano seguinte organizou a empresa “Companhia de Maderas del Alto Paraná” com sede em Buenos Aires, destinada à exploração da área

adquirida, mais precisamente, da erva-mate e madeira. No ano de 1946, a área da “Fazenda Britânia” foi adquirida por Alfredo Paschoal Ruaro, Alberto Dalcanale, Egon Bercht, Curt Bercht, Willy Barth e Leonardo Julio Perna. Tais pessoas organizaram a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ, que promoveu a densa colonização da microrregião de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Desde então, o sertão não existe mais. Foi transformado. Os remanescentes ora estão na historiografia produzida por contemporâneos, ora expostas em museus, ou ainda espalhadas pelas ruas da cidade, em alguns prédios vazios e praças. A geração que viveu a transformação da paisagem, anterior e após a construção da ITAIPU, está em vias de desaparecer. Mesmo o sertão tendo desaparecido, em muitas pessoas, o sentimento, o modo-de-ser do interior não desapareceu, pelo menos no Oeste do Paraná.